

---

**CURSO**

---

## Da extinção do tráfico de escravos à criação do trabalho livre – um política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-1945) •

Maria Therezinha Nunes  
Laura Nogueira Oliveira  
Rede Pública de Ensino

### 1. INTRODUÇÃO

O curso destinou-se a professores que atuam no 1º e 2º graus, objetivando-se analisar a historiografia sobre o tema, pressupondo uma nova relação de ensino-aprendizagem onde professor e alunos são pesquisadores e produtores de conhecimento.

O objetivo de estudar os projetos políticos de constituição e organização do mercado de trabalho surgiu a partir da constatação de como conceitos, valores e preconceitos presentes nas representações e práticas no cotidiano têm uma origem e uma construção histórica. Neste sentido tomamos como hipótese a associação entre negros, pobres e marginais e a elaboração do conceito de classes perigosas e suspeição generalizada e a sua origem a partir da conjuntura política do processo abolicionista.

### 2. APRESENTAÇÃO

No período de 1990/1995 alguns professores, da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa, de Belo Horizonte, estiveram envolvidos numa

---

• Resumo do curso “Da extinção do tráfico de escravos à criação do trabalho livre – um política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-1945)”, oferecido de 23 a 26 de julho.

permanente busca de construção de um conteúdo programático específico para a disciplina História do curso de Magistério. Nesse caso, qual era o perfil do profissional que pretendíamos auxiliar a formar? Qual seria a contribuição da disciplina história nessa formação?

No início do ano de 1995, analisando o trabalho que até então vínhamos realizando, percebemos que, apesar da nossa vontade de trabalhar com os alunos uma história mais analítica, permanecemos privilegiando recortes bastantes tradicionais ou apenas problematizando alguns marcos “institucionalizados”. Desse modo, por exemplo, fazíamos uma problematização da “Conjuração Mineira” discutindo com os alunos a construção do mito Tiradentes e os limites sociais das propostas dos conjurados. Percebíamos, entretanto, que se para a professora em formação, era importante desenvolver o senso crítico, era necessário também instrumentalizá-la para compreender a organização dessa sociedade. Compreender, por exemplo, que se hoje a sociedade possui uma determinada estrutura, valores, conceitos e idéias, eles foram construídos historicamente. Portanto, a sociedade sofre modificações através dos tempos. À disciplina História caberia o papel de possibilitar aos alunos uma reflexão de como, no passado, os homens projetaram um futuro e intervieram para a sua realização. Como os homens não formam blocos homogêneos e harmônicos, mas estão divididos em grupos antagônicos. Como possuem interesses distintos que quase sempre chocam-se, cruzam-se, alinham-se... Da pluralidade das sociedades passadas e da compreensão de como nelas os homens resolviam suas questões, abre-se o caminho para que os alunos possam compreender e interpretar a sociedade atual. Ao mesmo tempo que lhes possibilita o compreenderem-se e sentirem-se sujeitos desse processo.

Das discussões realizadas entre alguns professores de História da Escola, decidimos que diante dos questionamentos, preocupações, desejos... colocados, era fundamental mudar a perspectiva historiográfica e metodológica utilizadas. Acabamos por optar por um recorte histórico e historiográfico que privilegiasse a permanente construção e reconstrução do controle dos trabalhadores e da resistência dos mesmos.

### 3. OBJETIVOS

- Partir de conceitos e preconceitos presentes hoje em nossa sociedade, verificando como esses foram historicamente construídos e estão de certa forma ligados à história da dominação.

- Discutir a construção e permanente reconstrução do controle dos trabalhadores, enfatizando a resistência desses aos processos engendrados para controlá-los.
- Discutir ao longo do curso: verdade histórica, fato histórico, historiografia.
- Analisar a questão do controle dos trabalhadores escravos e da resistência cotidiana dos mesmos.
- Estudar o processo “lento, gradual e seguro” de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sob o controle dos senhores escravocratas.
- Avaliar a atuação dos escravos nas constantes mudanças dos rumos do processo de desescravização.
- Discutir a implantação do trabalho livre no Brasil, tendo a preocupação de verificar como os fazendeiros, embora tendo um projeto de substituição do trabalho escravo, não tinham mecanismos claros de organização e controle do trabalho livre.
- Percorrer o caminho da construção do conceito de “classes perigosas” e da “ideologia do trabalho”.
- Analisar Canudos, Vacina e Chibata na perspectiva da resistência dos trabalhadores às tentativas de controle.
- Repensar o fenômeno da “malandragem” analisando-o como uma forma “às avessas” de denúncia, através do ritmo, da ginga do corpo, de todo o “miserê” do trabalhador.

#### 4. RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS

- Remontagem e reescrita de textos que permitissem uma abordagem da questão do controle dos trabalhadores brasileiros e da sua resistência.
- Utilização de documentos escritos.
- Projeção de filmes relativos à temática estudada assim como de imagens (slides)
- Audição de músicas produzidas no início do século sobre a malandragem.

#### 5. A PROPOSTA E SUA EXECUÇÃO NO X ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH

Para efeito didático e dentro da carga horária de 2h/aulas diárias durante 4 dias, dividimos a temática nos seguintes subtemas:

1º) Fundamentação teórica e metodológica.

2º) Projeto e processo da abolição.

3º) Trabalho, controle e resistência na escravidão e no processo de desescravização.

4º) Trabalho livre, domesticação e resistência.

O que vamos apresentar é um breve relatório das principais questões trabalhadas em cada subtema, assim como os recursos didáticos que foram utilizados.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Pensamos que o pano de fundo teórico para se analisar o processo e o projeto abolicionista deveria partir da discussão da formatação do liberalismo brasileiro do século XIX. Ser liberal no Brasil de então, segundo Alfredo Bosi (1995), significava ser: “conservador das liberdades de produzir, comprar, vender, representar-se, submeter os escravos, adquirir terras”. Se em princípio poderia parecer contraditório a convivência do liberalismo com a escravidão, esse liberalismo era historicamente constituído. Extemporâneo seria pensar no liberalismo enquanto um ideal de igualdade, liberdade e fraternidade. No Brasil do século XIX o liberalismo significava a conservação, para as elites, dos privilégios econômicos e políticos.

Como o trabalho proposto pressupunha o estudo da Lei de Terras de 1850 e das Leis Abolicionistas, fundamental era analisar as mesmas a partir de um referencial teórico que permitisse visualizar o papel da lei em uma dada realidade social. Com este intuito utilizamos as conclusões elaboradas por Manuela Carneiro da Cunha (1992) e por Ademir Gebara (1985). Por um lado, “se a lei não pode ser confundida com uma descrição da realidade”, ela é fruto de uma realidade e a influi. Por outro, “as leis (...) atuam mediando e reforçando as relações de classe” e constituem um mecanismo de controle social. Com esta discussão objetivou-se ultrapassar uma visão restrita de que as leis são feitas para não serem postas em prática ou cumpridas.

## 7. PROJETO E PROCESSO ABOLICIONISTA

Tomando como marco histórico a promulgação da Lei de Terras de 1850, procuramos ressaltar dois aspectos do texto legal: localizar a conjuntura histórica

em que a Lei foi elaborada (fim do tráfico de escravos) e o cerceamento da possibilidade de acesso à terra. A partir de então a terra passava a ser, no Brasil, uma mercadoria, acessível apenas através da compra.

Imediatamente após a extinção do tráfico, segmentos da elite brasileira estavam cientes de que a escravidão era uma instituição condenada e, portanto, era fundamental encontrar outras formas de organização e controle do trabalho. Se aos nossos olhos o trabalho livre assalariado aparece como o sucessor natural do trabalho escravo, na realidade, a partir de 1850, várias foram as experiências realizadas de relações de trabalho livre. Não havia uma fórmula pronta a ser aplicada e, mediada pelos embates cotidianos, essas relações foram sendo experimentadas. Utilizou-se como texto detonador das questões o documento: “Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras – 1854”. Este documento é precioso no sentido de deixar muito clara a preocupação dos cafeicultores, de uma importante área fluminense, em garantir o controle do trabalho escravo e em organizar e planejar uma ação conjunta visando a substituição desse tipo de trabalhador.

Em 1871 foi promulgada a primeira Lei abolicionista. Esta Lei objetivava o estabelecimento de um projeto para o processo de desescravidão, garantindo aos senhores prazo suficiente para organizar a substituição do trabalho escravo ao mesmo tempo que reforçava o controle exercido sobre estes escravos. Partindo do estudo realizado por Ademir Gebara (1985), analisamos artigos e parágrafos da Lei, procurando ressaltar o controle dos senhores ao possível acesso à liberdade, assim como o constrangimento ao trabalho do escravo liberto.

## 8. TRABALHO, CONTROLE E RESISTÊNCIA NA ESCRAVIDÃO E NO PROCESSO DE DESESCRAVISACÃO

Construída a partir da utilização de novas fontes documentais (processos criminais, autos de inquirição, devassas, imagens, posturas municipais) e de novos olhares sobre elas, a historiografia revisionista, produzida a partir dos anos 80, procura desvendar o dinamismo das relações escravistas e as possibilidades cotidianas de controle e de resistências no mundo da escravidão. Entendidas como faces de uma mesma moeda, controle e resistência são retirados de seus lugares tradicionais e tratados nas tensões/ações cotidianas: negociações, diminuição do

ritmo de trabalho, apadrinhamento, o se fazer “bonzinho”, “adoecer” etc. Para discutir estas questões foram utilizadas imagens de viajantes do século XIX (Debret, Rugendas, dentre outros) e texto de Sílvia H. Lara (1988).

No que se refere ao processo de desescravização, colocado a partir de 1871, utilizou-se da sugestiva análise de Ademir Gebara (1985). Para ele se a Lei procurava amenizar as tensões causadas pelas fugas freqüentes de escravos, ela também procurava criar maiores mecanismos de controle. Entretanto, com a criação de leis locais (posturas municipais), que visavam um maior controle da mobilidade dos escravos, passava-se a cercear alguns direitos da população livre em suas relações com negros livres e escravos (hospedagem, emprego, compra e venda etc). Esta população é colocada numa perspectiva de suspeição generalizada. Ao se sentir cerceada em seus direitos, passa a engrossar as fileiras abolicionistas.

Não se pode esquecer do papel da resistência escrava (principalmente através das fugas), no aceleração do processo final de desescravização. Entretanto, embora a estratégia protelatória tenha sido suplantada através das ações cotidianas, não há como negar a vitória do projeto: a criação de um arcabouço legal e legítimo objetivando disciplinar e organizar o mercado de trabalho livre em gestação.

## 9. TRABALHO LIVRE – DOMESTICAÇÃO E RESISTÊNCIA

No último subtema procuramos estabelecer relações entre o projeto de modernização capitalista, iniciado com o processo abolicionista, as formas de controle da maioria da população constituída de ex-escravos e pobres e as suas formas de resistência.

Através do texto de Sidney Chalhoub (1990) discutimos a contradição entre a crença na Civilização, Progresso e Racionalidade Científica e a visão da pobreza associada à Barbárie. Administrar a cidade, modernizá-la na visão racionalista da Ordem e do Progresso significava destruir cortiços, excluir a pobreza, a marginalidade, os desempregados, considerado vadios. Todos vistos como suspeitos e classes perigosas.

Dentre as diversas formas de resistência focalizamos em especial a constituição da figura do “malandro” avesso ao trabalho, que se constitui como uma forma de resistência e de denuncia à exploração do trabalho e ao “miserê” do trabalhador. Utilizou-se, como recurso didático músicas produzidas entre 1933/1948 e imagens dos “malandros” da época.

Durante o governo de Getúlio Vargas a ideologia e o imaginário do trabalho e do trabalhador (“o homem novo”) passaram a constituir uma das formas centrais de intervenção do Estado nas relações trabalhistas.

## 10. BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (MS) “Como se ventre nascido fosse... Cartas de revogação, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos de 1838 a 1889”. Campo Grande: Fundação Cultural Palmares, 1993.
- BASSETO, Sílvia. *A revolta da vacina obrigatória*. Rio de Janeiro: Brasiliense (Tudo é História)
- BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 194-246.
- BRESCIANE, Maria Stela M. *Londres e Paris no séc. XIX; o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense. (col. Tudo é História)
- CANDIDO, Antônio. “A dialética da malandragem.” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. 8, 1970.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras; escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro.” *Revista dos Trabalhadores*. Campinas/FHC e SMC/ SP, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. “Classes Perigosas.” *Revista dos Trabalhadores*. Campinas/FHC e SMC/S.P., 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio de SP, 1992.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória – Cotidiano e trabalho da mulher em MG do séc. XVIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- GIL, Benedito Miguel e GIL, Célia Maria Calcagnolo. *A pobreza perseguida: considerações sobre a Maloca de Lucrecio*. São Paulo, *História*, n° 12, UNESP.
- LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. Série Teses, 2ª edição.
- LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1870-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Silvia H. Trabalhadores escravos. *Revista dos Trabalhadores*. n° 11, Campinas/ FHC e SMC/ S.P., 1990.
- LOPES, Wellington dos Mendes et alli. *Direito Agrário: decretos e regulamentos*. Rio de Janeiro: Editora de Brasília.
- LLOSA, Mário Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.
- MARANHÃO, Ricardo et alli. *Brasil história – texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARSON, Adalberto. “Reflexões sobre o procedimento histórico.” In: SILVA, Marcos (org) *Revista de História*, São Paulo: Marco Zero.
- MARTINS, Ismênia de Lima. “Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil.” São Paulo, *Revista Brasileira de História* n° 30, 1995.
- MARTINS, Silvia Helena Z. “Homens pobres, homens perigosos. A repressão à vadiagem no primeiro governo de Vargas.” São Paulo, *História*, no 12, UNESP, 1993.
- MATTOS, Ilmar R. de e GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial brasileiro*. São Paulo, Atual. (História em documentos).
- MATTOS, Ilmar R. de e ALBUQUERQUE, Luiz Afonso S. de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo, Atual. (História em documentos).
- NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. *A Ordem é o Progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo. Atual. (História em documentos)
- SABÓIA, Vilma Eliza Trindade de. “A lei de terras (1850) e a Política Imperial.” São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n° 30, Contexto, 1995.
- SANO, Rui Khan. “Imigração japonesa.” *Revista dos Trabalhadores*, no 3, Campinas, FHC e SMC/S.P., 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina. Mentis insanas em corpo rebelde*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Marcos A da. *A revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Brasiliense. (Tudo é História).

- SILVA, Zélia Lopes da. “Imagens do trabalhador brasileiro nos anos 30.” São Paulo, *História*, nº 12, UNESP, 1993.
- SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do séc. XIX.” São Paulo, *Revista Brasileira de História*, no 16. Marco Zero.
- STOCKE, Verena e HALL, Michael M. A. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo.” *Revista Brasileira de História* nº 6, São Paulo, Marco Zero.
- REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. ESCRAVISMO. FAFICH, UFMG, nº 6. (CNPQ).
- REVISTA USP - nº 20 – Dossiê Canudos – Dez./Jan./Fev 93-94.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1881.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o campo em chamas*. Rio de Janeiro: Brasiliense (Tudo é História).